SEMINÁRIO

Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

"Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico" reúne as comunicações apresentadas pelo Grupo de Conjuntura do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) em seminário com essa denominação realizado em fevereiro de 1991 e inicialmente editadas nos *Cadernos de Conjuntura 37*, dessa instituição.

O conjunto das reflexões compõe um instigante mosaico de análises sobre a guerra no Golfo, formulando ainda, a partir das transformações por que passa o Leste europeu, algumas hipóteses sobre o futuro do sistema mundial de poder.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

A guerra do Golfo: algumas questões sobre a economia mundial e a América Latina

José Eustáquio Diniz Alves*

* Professor de economia da Universidade Federal de Ouro Preto.

No meu entender, o fato mais significativo neste final de século (e de milênio) foi o fim da Guerra Fria entre as duas superpotências nucleares, que têm o poder de destruir o mundo por diversas vezes. Esse é, sem dúvida, um fato alvissareiro, pois aumenta a esperança de vida da humanidade. O fim da Guerra Fria não se deveu apenas à clarividência dos líderes desses países, mas também a um acontecimento marcante ocorrido na última década: as duas superpotências militares *quebraram*.

O segundo fato importante é o avanço da chamada Revolução Científica e Tecnológica. O desenvolvimento da engenharia genética, da telemática (telecomunicações + informática), da química fina, da engenharia de precisão, da robótica e das formas de substituição e conservação de energia tem anunciado o surgimento de uma nova sociedade, diferente da sociedade urbano-industrial que conhecemos e a que, na falta de uma clareza maior de como ela será, chamamos de sociedade pós-industrial.

O terceiro fato é o enfraquecimento do Estado-Nação enquanto centro autônomo de decisões econômicas e a formação de grandes mercados supranacionais. Duzentos anos depois da Revolução Francesa, o mundo começa a se agrupar em três grandes blocos comerciais – *The Big Three*: o bloco da América do Norte, liderado pelos EUA; o bloco da Comunidade Econômica Européia (CEE), liderado pela Alemanha; e o bloco do Pacífico, liderado pelo Japão. Muita coisa no mundo dependerá da evolução desses três blocos e de como serão tratados seus conflitos.

Apesar dessas megatendências, o mundo ainda deverá conviver com conflitos regionais. A intervenção americana no Golfo Pérsico transformou-se no primeiro conflito militar importante pós-Guerra Fria. Ao nível regional, a guerra *quente* ainda continua matando milhares de vidas, humanas ou não. A demonstração de força militar contra o Iraque não significa que os Estados Unidos irão se tornar os xerifes do mundo, agora que a União Soviética e a República Popular da China

estão mais preocupadas com seus problemas internos.

O crescimento dos gastos e compromissos militares dos EUA após a Segunda Guerra são incompatíveis com o declínio relativo da economia americana. Em 1945, o PIB americano chegava a quase 50% do PIB mundial. A economia internacional foi reorganizada em Bretton Woods sob a hegemonia americana, escorada na força do dólar. Hoje o PIB americano representa 25% do PIB mundial e o dólar, neste momento de crise, precisa ser amparado por outras moedas fortes. Um certo declínio da participação da economia americana no PIB mundial era esperado, uma vez que aquela participação da segunda metade da década de 40 era atípica. O que não era esperado, entretanto, era a rapidez e o grau desse declínio. Até 1980 os EUA eram o maior país credor do mundo; em apenas uma década, porém, transformou-se no país com a maior dívida externa, tomando o primeiro lugar do Brasil no *ranking*.

Pela primeira vez na história, um país se torna o maior devedor em sua própria moeda. As razões para isso se encontram no início da década passada, quando o Banco Central americano – o Federal Reserve (FED) – adotou uma política monetária restritiva para combater a inflação, elevando as taxas de juros, o que atraiu capitais de todo o mundo para os EUA. Com o início do governo Reagan, prevaleceu a visão da economia da oferta *supply side*. Iniciou-se um período de expansão fiscal, com corte de impostos (principalmente dos ricos) e elevação dos gastos públicos (principalmente os militares). Essa conjugação de política monetária restritiva e política fiscal expansionista fez com que a economia crescesse e o desemprego caísse, ao mesmo tempo que fortaleceu o dólar. Até 1982 a economia americana estava em recessão. Já no início de 1983 iniciou uma recuperação prolongada, mantendo um crescimento médio anual do PIB acima de 4% durante o restante da década. Alguns analistas interpretaram o crescimento econômico e o fortalecimento do dólar como uma retomada da hegemonia americana. Entretanto, todo esse crescimento se baseou na elevação do consumo, no endividamento externo e interno e na especulação financeira. O homem-símbolo da economia americana na década de oitenta foi Donald Trump, que fez fortuna na exploração do jogo e na manipulação do mercado de ações e terminou a década perdendo o controle financeiro do seu patrimônio.

O crescimento econômico mantido pelo governo Reagan só foi possível devido à elevação conjunta dos déficits fiscal e comercial. O déficit fiscal passou de US$ 59,5 bilhões em 1980 para US$ 155,1 bilhões em 1988, chegando a US$ 221,1 bilhões em 1986. A dívida pública *per capita* subiu 164%, passando de US$ 3.985 em 1980 para US$ 10.534 em 1988. No mesmo período a renda *per capita* americana aumentou apenas 70%. A dívida interna total chegou a US$ 2,6 trilhões em 1988 (para um PIB de US$ 4,8 trilhões) e continua crescendo de forma acelerada. A persistência desse déficit vai exigir, mais cedo ou mais tarde, um forte ajuste fiscal com profundas conseqüências na economia americana e mundial.

O déficit comercial americano cresceu de forma impressionante, gerando, a partir de 1982, déficits crescentes em transações correntes, como mostra a tabela a seguir. Nota-se que o superávit da Alemanha e do Japão, tanto na balança comercial quanto em transações correntes, cresceu paralelamente e em sentido inverso aos déficits americanos.

Durante os oito anos do governo Reagan os EUA perderam a hegemonia financeira para a Alemanha e o Japão. E o mais impressionante é que esses dois países se tornaram os dois maiores credores do mundo sem perder terreno no campo da produtividade industrial. Esses dois países, que, como se sabe, gastam pouquíssimo na área militar, entraram num

TABELA I

Balança comercial e transações correntes – Estados Unidos, Alemanha e Japão – 1980-1987

(US$ milhões)

ANO	ESTADOS UNIDOS		ALEMANHA		JAPÃO	
	BALANÇA COMERC.	TRANS. CORRENTES	BALANÇA COMERC.	TRANS. CORRENTES	BALANÇA COMERC.	TRANS. CORRENTES
1980	–25.500	1.840	8.782	–13.991	2.130	–10.750
1981	–27.970	6.870	16.085	–3.400	19.960	4.770
1982	–36.450	–8.640	24.716	4.962	18.080	6.850
1983	–67.080	–46.280	21.415	5.401	31.460	20.800
1984	–112.510	–107.090	22.188	9.650	44.260	35.000
1985	–122.150	–116.430	28.541	17.028	55.990	49.170
1986	–144.540	–138.840	55.715	39.750	92.820	85.831
1987	–160.280	–153.950	70.157	45.235	96.390	86.960

Fonte: Estadísticas Financieras Internacionales – *FMI, 1988.*

círculo virtuoso: eles vendem todo tipo de produto para os EUA, obtendo um grande excedente comercial; como são países com alto nível de poupança, utilizam esse excedente em dólares para cobrir o déficit fiscal americano e fazer investimentos em fábricas, terrenos, prédios e aproveitam para arrematar grandes empresas, como aconteceu recentemente com a produtora de cinema MGA/Universal, comprada pela Matsushita por US$ 6,6 bilhões.

A perda da produtividade nos EUA não se dá apenas em relação aos produtos de baixo valor agregado e tecnologicamente atrasados. Um estudo do Congresso americano de 1986 mostrou que o excedente comercial dos EUA em produtos de alta tecnologia tinha caído de US$ 27 bilhões em 1980 para apenas US$ 4 bilhões em 1985 e estava se transformando rapidamente em déficit.

Durante algum tempo se acreditou que esses problemas eram decorrentes da sobrevalorização do dólar e da conseqüente subvalorização do marco alemão e do iene. Entretanto, uma brutal desvalorização do dólar não foi suficiente para reverter essa situação. No dia 12 de setembro de 1985, 1 dólar comprava 2,95 marcos e 244,05 ienes, passando a comprar 1,62 marcos e 126,95 ienes em 15 de dezembro de 1987.

A desvalorização do dólar fez com que as exportações crescessem, mas não conseguiu diminuir as importações, mantendo em níveis elevados o déficit comercial. Esses resultados deixaram assustados os analistas do governo americano. Acontece que muitas empresas americanas foram sucateadas durante o primeiro qüinqüênio da década de oitenta. Junte-se a isso o fato de os investimentos (que são o motor da modernização e crescimento de qualquer economia) americanos terem se mantido a um nível muito baixo durante as últimas três décadas e o nível de consumo interno ter crescido de forma incompatível, principalmente na década passada.

A tabela a seguir mostra como se comportaram o crescimento do PIB, o investimento e o consumo na economia americana *vis-à-vis* as economias alemã e japonesa.

Nota-se que o Japão consegue manter o nível de consumo relativamente baixo, susten-

TABELA II

Crescimento do PIB, investimento e consumo – Estados Unidos, Alemanha e Japão – 1960-69; 1970-79; 1980-87

(%)

ANOS	ESTADOS UNIDOS			ALEMANHA			JAPÃO		
	CRESC. DO PIB	INV. DO PIB	CONS. DO PIB	CRESC. DO PIB	INV. DO PIB	CONS. DO PIB	CRESC. DO PIB	INV. DO PIB	CONS. DO PIB
1960-69	4,1	18,9	80,0	5,5	26,5	71,4	12,1	35,1	63,1
1970-79	2,7	19,2	80,3	3,1	25,5	74,1	5,2	34,5	64,7
1980-87	2,4	18,2	83,7	3,8	20,4	76,6	3,9	29,5	68,6

Fonte: Estadísticas Financieras Internacionales – *FMI, 1988.*

tando altos níveis de investimentos, exatamente o contrário do que ocorre nos EUA. A diferença pode ser percebida nas taxas de crescimento do PIB.

A força do consumo americano e a desvalorização do dólar têm contribuído para o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros nos EUA, que passaram de US$ 83 bilhões em 1980 para US$ 328,8 bilhões em 1988. Se por um lado isso é bom para o crescimento e a modernização dos EUA, por outro gera protestos e desconfianças sobre a desnacionalização da economia americana, uma temática muito conhecida na América Latina.

A causa da queda das economias de primeira linha tem sido o excesso de gastos militares, como mostrou Paul Kennedy no livro *Ascensão e queda das grandes potências*. Segundo esse autor, o declínio das grandes potências começa quando se dedica uma grande parte da capacidade industrial do país a gastos com armamentos *improdutivos*, o que enfraquece a base econômica nacional, especialmente em relação a Estados que estão concentrando uma parcela maior de sua renda no investimento produtivo para o crescimento a longo prazo.

Os gastos militares dos EUA têm se mantido em torno de 5,5% do PIB nos últimos anos (já chegou a 9% do PIB durante a guerra do Vietnam). Por coincidência ou não, o déficit público americano tem variado de cerca de 6% do PIB na primeira metade da década passada para cerca de 4% do PIB na segunda metade.

Os gastos americanos em pesquisa e desenvolvimento para o setor civil em 1990 foram de apenas 1,3% do PIB, enquanto o Japão gastou 3% do PIB, segundo a revista *Business Week*. O Japão, por força da Constituição, não pode gastar mais de 1% do PIB em despesas militares.

Esses dados mostram que a manutenção dos EUA como superpotência militar depende da capacidade fiscal do Estado americano. O ajuste fiscal exige a escolha entre o corte nas despesas militares ou a elevação dos impostos. O povo dos EUA vai ter de fazer a escolha entre "o canhão e a manteiga".

O ajuste global da economia americana exige, além disso, a resolução dos seus problemas financeiros e de competitividade econômica. Existe uma *chance* de os EUA fazerem esse ajuste global combatendo o consumo supérfluo e elevando os níveis internos de poupança e investimento. Se não conseguirem fazer isso de forma consensual e planejada, esse ajuste virá através de uma recessão.

A AFRICANIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA

O fim da Guerra Fria trouxe muitas esperanças para a América Latina. Esperava-se que o fim do conflito Leste-Oeste fosse o começo da resolução do conflito Norte-Sul. Entretanto, o que notamos nos últimos anos foi o reforço do Norte e de seu *status* econômico e político. De uma certa forma, a guerra do Golfo reforça esse *status*. Para a América Latina, como veremos, isso reforça sua tendência de declínio e se constitui em mais um obstáculo a ser superado.

A década de oitenta foi uma década perdida para a América Latina. Com exceção da Colômbia, do Paraguai e de Cuba, todos os outros países tiveram uma queda na renda *per capita*, ou um crescimento próximo de zero. Isso quer dizer que os países latino-americanos estão andando para trás em relação aos países desenvolvidos. Como vimos anteriormente, as três maiores economias do mundo capitalista mantiveram taxas expressivas de crescimento econômico.

O Brasil, por exemplo, que teve um crescimento médio do PIB, entre 1950 e 1980, de 7,1% ao ano, não conseguiu manter o ritmo. Nesses 30 anos, a renda *per capita* brasileira cresceu de forma significativa, reduzindo a diferença em relação aos países desenvolvidos. Foi nesse período que o Brasil se tornou a oitava potência industrial do mundo capitalista, ou a décima do mundo quando incluímos a URSS e a China. Entre 1981 e 1990, entretanto, o PIB brasileiro cresceu apenas 1,6% ao ano, inferior ao crescimento populacional, que deve ter sido de 2% ao ano (como o nosso censo demográfico foi adiado, não temos o número exato). Isso quer dizer que, pela primeira vez, andamos para trás em termos de renda *per capita*. Mais uma década assim e corremos o risco de sermos ultrapassados por países de dimensões bem menores.

Infelizmente as perspectivas para a América Latina na década de noventa não são nada boas. Uma conjugação de problemas internos com uma situação externa desfavorável coloca pesadas nuvens negras no horizonte. No *front* interno temos o peso da dívida externa, a queda dos investimentos, um sistema educacional desmoralizado, o endividamente do Estado e o agravamento dos problemas sociais como os maiores desafios a serem enfrentados.

No *front* externo os desafios não são menores. O advento da sociedade pós-industrial entre os *The Big Three* significa o avanço do setor terciário da economia, o que representa uma mudança na matriz produtiva da sociedade urbano-industrial. A economia dos países desenvolvidos está cada vez menos concentrada sobre as matérias-primas. Segundo Peter Drucker, cerca de 60% dos custos do produto industrial representativo da década de vinte – o automóvel – correspondem a matéria-prima e energia. Os custos de matéria-prima e energia do produto industrial representativo dos anos oitenta – o *microchip* – são inferiores a 2%. Os fios de cobre, cujo conteúdo da matéria-prima e energia aproximava-se de 80%, estão sendo rapidamente substituídos nos cabos telefônicos por fibras óticas, cuja matéria-prima e energia chegam a 10%. O Japão aumentou sua produção industrial duas vezes e meia entre 1965 e 1985, embora os aumentos da matéria-prima e do consumo de energia tenham sido insignificantes.

Os avanços na informática e na robotização estão transformando as linhas de produção nos países desenvolvidos, o que torna viável manter determinadas linhas de produção mesmo onde se paga elevados salários. Além disso, as necessidades de integração industrial e de concentração-desconcentração espacial fazem com que as economias-líderes dêem prioridade ao seu bloco econômico. Isso quer dizer que a América Latina e demais países do Terceiro Mundo estão perdendo as vantagens comparativas da oferta abundante de matérias-primas e mão-de-obra barata.

Enquanto mercado para os produtos do Primeiro Mundo, a América Latina tem um peso bastante limitado. Em 1987, as importações de toda a América Latina e Caribe (incluindo o México) representaram apenas 3,4% das importações mundiais, o mesmo percentual de apenas dois pequenos países: Hong Kong e Cingapura. Em 1989, as importações desses dois países já eram cerca de 50% superiores às importações de todos os países da América abaixo do Rio Grande.

Com relação ao movimento de capitais de empréstimos e investimentos, o fluxo foi invertido. Desde 1982 os países da América Latina pararam de receber capitais de forma significativa, passando, ao contrário, a ser exportadores líquidos de capital. Na verdade, a economia americana, que ainda é a economia mais rica do planeta, passou a ser a grande receptora de capitais. A Alemanha, que é uma potência financeira, vinha buscando o abrigo da economia americana. Agora está mais preocupada na recuperação da ex-Alemanha Oriental e, por questões geoestratégicas, tem investido nos países do Leste Europeu. O Japão tem como prioridade na destinação de seus recursos a região do Pacífico, mas, para fugir do protecionismo e garantir os mercados já conquistados, tem investido pesadamente na América do Norte e na Europa. Como se vê, o fluxo de riqueza e de desenvolvimento ficou restrito, na década passada, ao hemisfério Norte. No hemisfério Sul (com exceção da Austrália e Nova Zelândia) os países não conseguem sair do círculo vicioso da pobreza.

Se os países da América Latina não enfrentarem desde já os seus desafios, não conseguirão se impor no cenário internacional. A diferença de renda entre os países centrais e periféricos (segundo a terminologia da Cepal) tem aumentado nesses últimos anos. Caso essa situação não seja revertida, vamos ter um processo de africanização do nosso continente e seremos relegados a segundo plano. Aliás, esse era um receio expresso na carta-testamento de Simon Bolívar.

A guerra do Oriente Médio e nós

Luiz Werneck Vianna*

* Professor do Iuperj.

A exemplo do Karl Polanyi, que rompeu com a cronologia e datou o começo do século XIX em 1815 – derrota de Napoleão e reordenação do cenário internacional do Congresso de Viena – e o seu fim em 1914, com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial, muitos, agora, lhe têm seguido os passos, sugerindo, como Hobsbawn, a caracterização do século XX como um século "curto". Segundo Hobsbawn, nosso século teria se iniciado com a revolução de 1917 e terminado com a queda do Muro de Berlim, em 1989, abrindo-se, então, a perspectiva para uma ordem internacional sob a égide da cooperação e da paz. Periodização da história imediata que se fazia inteligível antes da eclosão da guerra no Oriente Médio, mas que se constata, depois dela, ser apenas mais uma dessas profecias que não se cumprem.

Nosso século, antes de se encerrar no calendário, mais que se prolongar, parece estar destinado a realizar um esforço de síntese de si mesmo, reafirmando de modo concentrado a sua identidade. Os temas que lhe foram originais, como o imperialismo econômico, a estatolatria e a aplicação do *princípio* de que a guerra consiste na continuação da política por outros meios, prometem invadir, revitalizados, o século seguinte, que o imaginário coletivo do nosso tempo associou de boa fé ao triunfo da utopia.

O fim da Guerra Fria, abolindo a linha Leste-Oeste como dominante nos conflitos internacionais e trazendo a oportunidade de sustentar a paz mundial em bases mais sólidas e permanentes do que a sempre arriscada dissuasão nuclear, aparentava importar um efeito de desideologização e de despolitização no mundo, criando a expectativa alvissareira em torno de uma nova ordem que condenasse à obsolescência os Estados nacionais, obra madura do século XIX. Os fundamentos dessa nova ordem deveriam ser estranhos às razões de hegemonia, expressando-se na linguagem universal e moderna da economia e dos direitos individuais, particularmente através dos processos de internacionalização do mercado, ainda em curso apesar de tudo. A lógica crescen-

temente afirmativa dessa nova natureza do mundo deveria, primeiro, desgastar e, depois, cancelar as fronteiras políticas dos Estados nacionais e, com elas, o lixo ideológico que as recobre.

Decerto que nos idos de julho de 1990 essa tendência se exprimia alentadoramente, mas não se deve confundir um ovo com um pinto. Na realidade, contratendências trabalhavam em sentido oposto, como a emergência, no primeiro plano do cenário internacional, da clivagem Norte-Sul. No contexto da Guerra Fria, os conflitos Norte-Sul se revestiam de caráter subordinado à linha Leste-Oeste, dominante. Específico a essa situação é que o cruzamento dessas duas linhas criava condições favoráveis à maximização de recursos de poder, não só econômicos como também militares, a países do Terceiro Mundo.

Nesse quadro de competição hobbesiana entre nações, cada país emergente do Terceiro Mundo tendia a assumir o paradigma do Estado nacional – com freqüência sob modelo autocrático – como um meio idôneo de, através de recursos políticos e da coação sobre seus povos ou povos vizinhos, potencializar a ultrapassagem do subdesenvolvimento e da subordinação internacional. Daí o caráter contraditório do sistema internacional nos últimos anos da Guerra Fria, uma vez que estimulava a tendência, no Norte desenvolvido, de liberação das marcas do século através dos processos derivados da crescente internacionalização do mercado, ao mesmo tempo que as reforçava no Terceiro Mundo, onde seus países-líderes reiteravam a via histórica dos países ricos, fortalecendo seus Estados nacionais com pouco ou nenhum controle democrático por parte de suas populações.

Na verdade, a lógica da Guerra Fria não deixava de favorecer a emergência, no plano internacional, de Estados nacionais do Terceiro Mundo que contassem com vantagens relativas para obrigar um dos contendores – às vezes, os dois – a lhes fornecer meios para o seu processo de *state-building*. Também por isso era ilusória a noção de que o século se encaminhava para uma conclusão precoce. Ele renascia por toda parte, inclusive em regiões do mundo apenas recentemente tocadas pelo processo de modernização. Nessas regiões, a modernização retardatária, num contexto internacional dramatizado pela disputa de hegemonia entre as duas grandes potências, transmutava em fontes de expansão do poder nacional a cultura da tradição, especialmente a religião, e instituía a política, interna e externa, como principal força para o desenvolvimento e para uma nova inscrição de si no mundo.

Sobrevindo o fim da Guerra Fria, logo se verificou que inexistiam formas de controle sobre esses processos retardatários de *state-building* ao Sul por parte do Norte desenvolvido. Viu-se, ainda, que a clivagem Norte-Sul, antes secundária, emergia como determinante na nova configuração de forças internacionais. As chamadas potências médias regionais, antes beneficiárias do tipo de competição que a Guerra Fria estabelecera, defrontaram-se subitamente com a expectativa de perda de *status* internacional e de integração subalterna no mercado mundial, como foi o caso do Iraque a partir da queda dos preços do petróleo liderada pelo Kuwait, sob inspiração dos países ricos.

Independentemente das intenções, o cálculo que fundava a estratégia de "uma nova ordem mundial" admitia que o fim da Guerra Fria deveria coincidir com o enquadramento político e econômico do Terceiro Mundo pelo Norte desenvolvido, acenando com a sua incorporação num futuro em que a abundância ao Norte fosse de tal monta que pudesse ser repartida ao Sul, convertido este numa reserva de valor e ecológica do planeta. Não coincidiu porque o Oriente Médio, região ao Sul estratégica para o Norte pela sua produção de petróleo, há décadas o lugar mais sensível das relações internacionais, estava pronto para ex-

plodir, como explodiu com a reação iraquiana à tentativa de submeter os preços do petróleo aos interesses dos países ricos.

Frustram-se, com isso, não só o cálculo de que ao Sul não se podia esperar senão passividade, como também o milênio de paz que o Norte concertava em seu exclusivo benefício. Uma linha de conflito dava lugar a outra, e logo numa região às margens do continente europeu, no santuário de três religiões universais e onde a modernização não removeu a tradição, apoiando-se, ao contrário, sobre ela.

De outra parte, a arquitetura da nova ordem mundial pós-Guerra Fria, enquanto associava a remoção das barreiras políticas dos antigos Estados nacionais e a afirmação dos processos de internacionalização de mercado, interessava mais à Comunidade Econômica Européia e ao Japão do que à Inglaterra, de futuro econômico precário a partir da integração européia, e aos EUA, um império econômico em decadência. Interessava, igualmente, à União Soviética, que contava mobilizar recursos antes destinados à corrida armamentista para a modernização da sua economia, afora os investimentos em capital estrangeiro.

A invasão do Kuwait pelo Iraque desorganizou as bases desse cálculo, propiciando uma circunstância imprevista para a adoção de uma estratégia ofensiva por parte da fração dos países ricos – EUA e Inglaterra – que não tinha o que ganhar com o advento do que se dizia ser a nova ordem mundial. Imobilizados a União Soviética, a Alemanha e o Japão, a primeira pelas alterações introduzidas na sua visão do mundo e no seu cálculo estratégico, e os dois últimos porque não dispunham de força militar, a decadência econômica podia ser revertida por meio de uma intervenção militar. A *pax americana*, imposta pelas armas no Oriente Médio, traria o controle do petróleo para os EUA, submetendo, sob o estatuto de hipoteca, as economias da Comunidade Econômica Européia e do Japão à sua hegemonia militar.

De Taylor e Ford, como ideólogos e construtores da experiência democrática americana de influir sobre o mundo através de uma produção boa e barata, aos mísseis *inteligentes* e à perversão de substituir um império econômico moderno por um império político-militar de feição tradicional. A bipolaridade deveria suceder não a multipolaridade desejada pelos europeus, mas a unipolaridade americana, com a ilha inglesa colada à sua sorte, a fim de fugir da submersão no continente europeu de economia mais moderna que a sua. Em perspectiva, o fim da história e mil anos de dominação americana sobre os negócios do mundo, e a ninguém é lícito ocultar o não ter ouvido isso antes.

O cálculo não podia supor a encarniçada resistência do Iraque, cuja duração já estimulou a disseminação do fundamentalismo islâmico do norte da África ao interior da Ásia e que veio permitir a reação diplomática em favor da paz – à frente a União Soviética –, por iniciativa da fração dos países ricos que teme se tornar prisioneira do aspirante a gendarme do mundo. A diplomacia da paz cinde os *aliados* ao Norte e na própria região do conflito, onde já ganhou a Jordânia e o Irã, aos quais podem vir a se somar o estratégico Egito e outros países de população árabe.

À via dissidente da União Soviética e dos seus aliados europeus em favor da paz se opõe a alternativa anglo-americana de que Bagdá, como Cartago, deve ser destruída em nome da criação de uma nova ordem mundial. Qualquer que seja a estratégia adotada, o resultado do pós-guerra deve se afastar bastante da intenção dos atores que agora dominam o rumo dos acontecimentos. O Oriente Médio jamais será o mesmo, e nele não mais caberão os seus emires fantoches dos países ricos e suas dinastias medievais, e muito provavelmente a questão palestina encontrará uma solução justa para o seu povo. A cisão ao Norte deve se

aprofundar, implausível a hipótese de que, no capitalismo moderno, a força das armas imponha sua lógica ao trivial, mas subversivo, movimento da produção e da circulação de mercadorias. O mundo será multipolar. Ao Sul – não se precisa lembrar que o Iraque faz parte dele –, fica a lição de que a autocracia e as ambições de poder não consistem no melhor caminho, mas também fica a denúncia do que há de perverso e excludente no atual sistema internacional.

Estamos, pois, anos-luz distantes do território das utopias e em mais um desses momentos em que a dialética do poder cumpre sua vocação de terror e de opressão, com os quais nos habituamos a lidar, ao menos conceitualmente, desde Maquiavel. Aí estão e deverão ficar por um bom tempo os Estados nacionais, com seus limites tacanhos à cultura libertária e democrática do nosso tempo, e são eles que vão prolongar o nosso século no que se avizinha, em que sequer se divisa o fim da história – qualquer que seja a ideologia porca que isso subentende.

Com o esmagamento militar do Iraque, cuja desgraça foi a de continuar pensando o mundo a partir das realidades da Guerra Fria, mesmo depois de ela ter deixado de existir, reabre-se a história do Sul. Não poderá haver uma ordem internacional baseada na estabilização da paz que ignore relações de justiça entre os povos. Os países da África, do Oriente e deste nosso extremo Ocidente latino-americano iniciaram, alguns há várias décadas, um esforço de mobilização para a modernização que não tem para onde retroceder. Nesses países, o estancamento do seu desenvolvimento econômico tem cortado as possibilidades de realização dos seus povos, intensificando-se por toda parte o número dos miseráveis, o desemprego e o subemprego e, pior, a absurda sensação de que ocupam lugares *inviáveis* no planeta. No pós-guerra, essa a questão fundamental e que diz respeito a dois terços dos habitantes do globo.

Nisso, são evidentes as credenciais brasileiras para se tornar um dos principais interlocutores do Sul subdesenvolvido nos fóruns internacionais. Em primeiro lugar, porque o Brasil se constitui no caso mais bem-sucedido de modernização no Terceiro Mundo, contando com um sistema industrial de envergadura e uma complexa agroindústria, geradora de alimentos e de energia. Em segundo lugar, pela secularização do seu sistema político, pela sua história de inscrição nos valores libertários e na cultura política democrática do Ocidente, cujas instituições políticas e sindicais começam a sedimentar uma prática de autonomia e de livre representação. Em terceiro lugar, porque, em razão do seu tamanho, população, história e características do seu sistema produtivo, não há saída para o país pela via de uma economia simplesmente complementar ao Primeiro Mundo. A fim de se viabilizar, o Brasil precisa crescer e expandir sua economia, o que não pode fazer sem questionar o atual padrão das relações econômicas internacionais. E é nisso que seu esforço particular pode se fazer representante dos interesses do Sul em geral e contribuir para uma nova ordem internacional de justiça e de paz.

Tais condições, contudo, dependem da criação de uma situação interna que seja favorável à remoção dos obstáculos à retomada do desenvolvimento e ao saneamento econômico-financeiro do país. No momento atual, esses objetivos somente podem ser alcançados pelo caminho de um amplo entendimento político e social sob a arbitragem do Congresso e com a participação das instituições-líderes da sociedade civil, envolvendo governo e sociedade num projeto democrático comum, circunstância que certamente emprestará solidez à sua posição no mundo e credibilidade ao papel internacional que não pode deixar de cumprir.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

Observações sobre (e contra) a guerra

Luiz Eduardo Soares*

* Professor do Iuperj.

1 O JOGO SUJO DA RAZÃO POLÍTICA

Quando nossos impulsos mais bem-intencionados encontram motivos, na queda de muros e dogmas, para duvidar da tese cínica de que a política seja a continuação da guerra por outros meios, a eclosão do confronto armado no Golfo Pérsico, com seu rosário de horrores, termina por nos fazer engolir a contraprova temida: a guerra continua a política, por meios próprios. Em outras palavras, a vida humana participa do cálculo, elevando a curva do indicador relativo custos. Nada mais.

Provavelmente, essas considerações soarão ingênuas, incompatíveis com a linguagem acadêmica e, sobretudo, pouco *científicas*. Se for assim, uma cumplicidade usualmente pouco explicitada ficará evidente: a prática política estrategicamente orientada – típica, mas não exclusiva, da ordem liberal – e o modelo utilitário de análise – que dá o tom ao bom senso acadêmico da época – subordinam-se à regência de princípios comuns e compartilham pressupostos valorativos. Talvez por isso, o relativo êxito explicativo do modelo e, certamente por isso, a *hybris* e a insanidade da prática.

Pois vamos à guerra: quem a inventaria sem boas razões e quais poderiam ser as razões boas para produzi-la, neste momento?

O imperialismo regional iraquiano constitui ameaça à nova ordem internacional, gerada a partir do fim da polaridade entre blocos nucleados por superpotências. O Iraque ameaça política e economicamente o Ocidente, ao assumir um expansionismo regional montado em estruturas modernas de ocupação; isto é, parece atualizar o espantalho que, outrora, o Irã mal prefigurava.

A profundidade cultural dos vínculos internos de dominação indica estabilidade política e confere solidez ao autoritarismo de matiz tradicional-carismático, de inspiração religiosa, que se combina a estruturas racional-legais compatíveis com o desenvolvimento tecnológico alcançado. O eventual sucesso do regime iraquiano, longa e extensamente irrigado por

recursos ocidentais, poria em risco a estabilidade regional, sobretudo por força do continuado adiamento de qualquer saída para a questão palestina. Mesmo sem invasões, o viés autonomista e antiocidental poderia alastrar-se, atropelando outras tiranias vizinhas e rivais, com o ardor e o radicalismo irradiados pelo entusiasmo popular.

Os populismos nacionalistas ocidentais, hoje no ostracismo (Menem talvez seja o retrato mais nítido – e patético – da conversão liberal de tradições políticas outrora temidas), são menos perigosos, econômica e belicamente – não controlam centros mundiais de energia, nem chegaram a se constituir em potências nucleares. Por outro lado, a emergência de um novo agente internacional disposto à confrontação e, pelos motivos mencionados, capaz de magnetizar toda uma região certamente altera o quadro internacional e exige respostas por parte das nações vizinhas e das potências com postulações hegemônicas, em particular dos EUA.

Resta saber por que foi possível preferir, nesse caso e neste momento, a guerra à paz. É apenas disto que se trata: nem mais, nem menos do que de seleção entre vias alternativas de enfrentamento de um desafio a determinados interesses e projetos – assim opera a *razão de Estado*. A guerra e sua oportunidade foram matéria de cálculo. Por que foi possível considerá-la conveniente e oportuna? Em que se apóia a contabilidade sinistra?

A agressão iraquiana ao Kuwait ofereceu a oportunidade para o avanço das posições norte-americanas no xadrez regional e internacional. Com a possibilidade de cercar-se de cuidados legais capazes de proteger a intervenção militar da crítica generalizada da opinião pública ocidental, os EUA encontraram a *chance* rara, embora extremamente arriscada, de afirmar sua hegemonia incontrastável, o que lhe valerá dividendos políticos ainda mais significativos do que o próprio acesso privilegiado a poços de petróleo. O que se afirma com um eventual triunfo norte-americano é um novo equilíbrio precário internacional, cujo centro serão os EUA.

Desde a Segunda Guerra, a tensão constante entre EUA e URSS estabeleceu limites mútuos, cuja demarcação era permanentemente checada e renegociada, contra o pano de fundo da corrida armamentista. A abertura democratizante em curso na URSS desmembrou o bloco soviético e, apesar das enormes conquistas de Gorbachev – que o projetaram como liderança de alcance mundial –, fragilizou de modo extremo a posição soviética internacional.

Qual tem sido a sábia atitude da URSS ante a derrocada do "socialismo real" no Leste Europeu? A aprovação política do processo e o endosso de seu direcionamento democratizante, no plano da institucionalidade política, independentemente dos inevitáveis revezes que eleições livres têm imposto, de um mdo geral, às *esquerdas*. O endosso é uma forma de capitalização (pelo menos no *front* externo) dos movimentos históricos que, em um contexto alternativo de crítica e resistência soviéticas, seriam entendidos como derrota, acuamento e capitulação.

A iniciativa bélica norte-americana está fazendo o que a inteligência da política externa soviética tentou evitar: a guerra tende a redefinir a correlação de forças, em escala mundial, a seu favor; por outro lado, extrai conseqüências práticas, no plano geopolítico, do processo de democratização do Leste Europeu, vale dizer, da conquista das respectivas autonomias nacionais e da fragmentação do antigo bloco comunista. A ousadia norte-americana é tempestiva porque assinala, aprofunda e procura absorver o máximo de benefícios do isolamento crescente da URSS – cuja contrapartida interna parece ser o estreitamento do cerco conservador em torno de Gorbachev e o estilhaçamento progressivo das alianças democratizantes.

O deslocamento da URSS fica patente na própria assunção do papel de aliado passivo a que as condições internas e externas lhe obrigaram. A guerra funciona como um teatro que dramatiza, com sua trágica ironia, a queda do *império* soviético. Assim como os países árabes, a URSS perde em qualquer caso: a vitória norte-americana aprofunda o insulamento soviético e como que demonstra sua presente incapacidade de voltar a pretender desempenhar um papel hegemônico; a derrota das forças aliadas, que poderia ter a forma de um retardamento ilimitado do cessar-fogo na região, traria conseqüências muito negativas para os EUA, mas não necessariamente implicaria seu deslocamento da posição central que a guerra consagra; por outro lado, deixaria cada vez mais nítida a imobilidade política a que a liderança soviética foi condenada no episódio. A União Soviética, mantidas as atuais condições, não teria meios de capitalizar uma eventual derrota americana ou um prolongamento excessivamente desgastante das hostilidades para os *aliados*. Não os teria, assim como não os teve, para capitanear uma solução negociada para o conflito, vetando os propósitos belicistas do governo norte-americano.

A vitória dos *aliados*, sob a liderança de Bush, deixaria claro quem é o xerife. Aquilo que era comum ocorrer no interior de cada bloco estende-se agora para além das Tordesilhas traçadas pela Guerra Fria. Afeganistão, Granada e Panamá foram invadidos sem represálias militares das potências ocidentais; o Kuwait não pode sê-lo. O Conselho de Segurança da ONU sanciona a arbitrariedade, segundo pressões, alianças e interesses de ocasião, num jogo patético viabilizado pelo esvaziamento do poder soviético. O confronto entre blocos era, paradoxalmente, a garantia de que o jogo enfrentaria, inevitavelmente, os limites estabelecidos pelo direito ao veto – o qual, se desempenhava funções paralisantes, também atuava como moderador de voltagens das respectivas voracidades hegemônicas.

Imaginem o imenso esforço envolvido na mobilização militar transferido para os canais diplomáticos: não só se alcançariam soluções para esse caso, como já se teriam resolvido antigas e gravíssimas questões pendentes na mesa das negociações internacionais (como a fundação do Estado palestino e a supressão do *apartheid*). Se houvesse idêntico investimento na costura de alianças e a mesma determinação política, nas mesmas proporções presentes no esforço de guerra, esta teria sido evitada e a humanidade colheria os benefícios não apenas da consolidação de uma ordem internacional crescentemente comprometida com a paz, como também aqueles provenientes da superação de impasses regionais, com projeções globais.

Claro está, portanto, que a guerra foi desejada pela *razão de Estado* norte-americana: apesar de seus custos e riscos, trata-se de uma aposta bastante alta e atraente para o cálculo político estratégico, apoiado em sua pseudo-ética utilitária. Até porque, como vimos, em certo sentido e pelo menos em certa medida, os EUA ganham sempre: empreender a guerra redefine, por si mesmo, o quadro político internacional em favor da vontade de potência do Estado norte-americano.

Essa, supõe-se, é uma análise fortemente marcada por uma cláusula dificilmente vigente na política: *caeteris paribus*. Por isso mesmo, arrisca-se a ser muito mais estática e limitada por um desenho sincrônico do que seria desejável. Alterações profundas no interior da URSS, mudanças sensíveis no termômetro da opinião pública, inclusive e especialmente nos EUA, ou rupturas nas alianças até aqui preservadas, seja com a Europa, seja com os países árabes, certamente transformariam, talvez radicalmente, várias das características observadas.

Além disso, é preciso ter sempre presente que os jogos de guerra envolvem seres humanos, por mais que os estrategistas e as lideranças belicistas o ignorem – malgrado demagogias de praxe. Seres humanos, suas famílias e

as redes sociais que tecem articulações dotadas de grande potencial político. A guerra mobiliza também sentimentos extremamente profundos no Oriente Médio: ódios cristalizados e paixões sempre agudas, no esteio da sensibilidade religiosa e dos imaginários nacionais ou étnico-tradicionais.

Os efeitos devastadores da violência *high-tech* podem pôr a pique os cálculos daqueles que operam com expectativas *racionais* – insisto no grifo, para acentuar que não endosso as estreitas definições de racionalidade correntes na ciência política. A revolta popular na região diretamente envolvida no conflito pode inverter, por baixo, alinhamentos pactuados por cima. Os resultados podem ser não apenas imprevisíveis, mas insuportáveis para os próprios protagonistas principais: a eventual ingovernabilidade da região pode, por exemplo, multiplicar o quadro terrível que se tem verificado na Faixa de Gaza, ocupada por Israel.

Deixemos, portanto, em suspenso, sob uma interrogação – e, por que não dizê-lo francamente, um sentimento profundo de indignação – a acuidade do cálculo estratégico norte-americano, assim como a aventura criminosa do governo iraquiano.

2 – ESPETÁCULO E DRAMA

Outro modo de considerar os tristes episódios do Golfo é pensá-los como drama social, no sentido que os antropólogos Victor Turner e Max Gluckmann dão ao termo. Dramas são situações vividas por grupos ou pela sociedade em seu conjunto, as quais, por qualidades próprias, exacerbam tensões, expõem conflitos e lealdades, e terminam por se converter em momentos especialmente reveladores de características sociais mais profundas e permanentes, embora normalmente invisíveis, quando não deliberadamente encobertas.

Basta percorrer, aleatoriamente, o itinerário das conversas e disputas sobre a guerra no Golfo e seus significados nos espaços mais diversos – da academia ao bar da esquina, do partido ao táxi, dos debates ilustrados às referências ligeiras do ponto de ônibus e do elevador –, basta munir-se de uma atenção crítica permanente para perceber como a violência detonada no Oriente Médio aciona nossas cargas imaginárias de ódios, ressentimentos, preconceitos, com os quais, no cotidiano, costumamos estigmatizar, de forma velada, os objetos dos nossos rancores – trata-se de modalidades negativas e perversas de autoconstituição da subjetividade e de modelagem diacrítica da própria identidade.

O anti-semitismo aflora: freqüentemente não são o Estado de Israel ou seu governo os alvejados pela crítica política, são "os judeus". A quem considerar esse comportamento *natural*, sugiro que reflita, por exemplo, sobre as razões pelas quais, quando se denunciava a ditadura de Pinochet, não se falava dos "chilenos fascistas", assim como não se acusam a clique "protestante" que conduziu os EUA à guerra ou os "negros facínoras" das antigas ditaduras haitianas.

O preconceito antiárabe e antiislâmico vem à tona: é comum se ouvirem menções aos "fanáticos árabes" ou "muçulmanos". Além de *atrasados* são, por sua suposta irracionalidade eivada de religiosidade e tradicionalismo, extremamente perigosos para a *civilização*, identidade que o Ocidente se auto-atribui, de modo excludente, quando não violento. Onde está (ou não está) a barbárie?

Mas é também bastante freqüente se ouvirem opiniões que, por seu dogmatismo, assimilam fortes doses de preconceitos: quem combate os norte-americanos são necessariamente *bons*, dado que só há duas posições no pobre esquema do pensamento político maniqueísta, ainda tão comum na esquerda – e, provavelmente, não só no Brasil. É impensável, desse ponto de vista, que ambas as partes estejam *erradas* ou sejam movidas pelos piores dos moti-

vos concebíveis, recorrendo a meios igualmente torpes.

Para alguns atores políticos, o maniqueísmo certamente não passa de manobra oportunista para despertar sentimentos antiamericanos e, por tabela, nacionalistas: se a questão nacional se impõe como a "contradição principal", para esses terceiro-mundistas que ainda decoram lições do livrinho vermelho qualquer *chance* de gerar ódio antiimperialista deve ser aproveitada, independentemente do valor intrínseco do adversário dos EUA. Desenvolve-se a "consciência nacional", dirão, fazendo eco às palavras de ordem dos anos cinqüenta.

Haverá, é claro, os que extraem seu apoio ao Iraque de análises mais complexas, que levam em conta o quadro internacional e os interesses norte-americanos no estabelecimento de nova correlação de forças, em seu benefício. Curioso é que não identificam o imperialismo regional iraquiano ou seus aspectos violentamente tirânicos. Talvez porque subestimem a inteligência popular e suponham que só é possível desmascarar o belicismo dos EUA justificando seus inimigos.

Mas há também o esquerdista antiamericano e o conservador antiiraquiano, sem militância ou experiência política, que aplicam, do alto de sua ignorância onipotente, o puro e simples esquema de dois lados, o bem contra o mal.

No fogo cruzado dos preconceitos detonado pelas bombas distantes do Golfo situa-se a televisão e sua incrível capacidade de reinventar a realidade e monitorar emoções, convertendo tudo em matéria de um espetáculo contínuo. Essa continuidade, associada à pretensão mimética de que reveste seus produtos, determina a natureza de sua eficácia sobre a percepção pública. Por mais que o afastamento temporal ou que as margens visualmente incluídas na edição dos programas oponham notícias entre si, assim como outros tipos de mensagem, as notícias jornalísticas, o fluxo permanente de imagens e a contigüidade que seus recortes não impedem geram um resultado tão assustador e perigoso quanto trivial e ordinário para nós: o espetáculo único em que se neutralizam as diferenças mais profundas entre os conteúdos mais diversos.

Por isso, a guerra se combinou ao Rock in Rio II, em janeiro, para os telespectadores da Rede Globo. Assim como cantores se sucediam no palco, duas mil incursões aéreas diárias produziam um inferno no Iraque, mísseis Scud produziam mortes e pânico em Israel e os talentos dos estrategistas – e suas razões – defrontavam-se na escala única do êxito e do sucesso, da glória e da fama. O que é que nossos filhos querem ser quando crescerem: roqueiros ou *marines*? Hannah Arendt nos falara da banalidade do mal; reinventando a guerra como espetáculo, a TV banaliza a tragédia.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

A guerra do Golfo: considerações à margem da catástrofe

Renato R. Boschi*

* Professor do Iuperj.

Independentemente dos resultados plausíveis do confronto no Golfo Pérsico, um aspecto que fica evidente tem a ver com o choque entre o estabelecimento de uma legalidade supranacional e uma dinâmica de conflitos determinada regionalmente. Neste final de milênio, forças de caráter nacional ainda se impõem como determinantes, rompendo os dimensionamentos impostos, em si mesmos, como o resultado de lutas imperialistas que, no início do século, levaram a um equilíbrio precário na região e em outras partes do mundo. Dessa forma, se por um lado seria possível argumentar que a utopia da prevalência de uma legalidade supranacional poderia se ver materializada na tentativa de fazer valer o respeito à integridade territorial, por outro esse princípio só se afirma pelo uso da força por parte dos mesmos organismos criados para conter o recurso a ela.

Em outras palavras, mais do que uma reflexão sobre a guerra do Golfo Pérsico, o que se quer reter neste ensaio é o fato de que as nações do Norte, tendo alcançado em grande parte uma convivência democrática internamente e tendo buscado no plano internacional essa mesma convivência até como um resultado da própria guerra, passaram ao largo da resolução de problemas de cunho nacional que são potencialmente desagregadores da ordem mundial sempre que, para sua resolução, requer-se o envolvimento de uma ou mais superpotências mundiais. Ao fluir para fora, os conflitos de natureza regional podem romper com o precário equilíbrio que rege a convivência democrática ao nível internacional. Mas não apenas isso: tal ruptura pode implicar também a deterioração da convivência democrática no plano doméstico, visto que o envolvimento em conflitos dessa natureza tem um potencial divisivo no próprio âmbito interno da nação.

Nesse sentido, observe-se que essa dinâmica atua também numa direção contrária à superação da Guerra Fria, pois o envolvimento de uma das superpotências pode implicar um reforço ou reconquista da sua hegemonia. É assim que, no caso da atual conjuntura mundial

abalada pela crise no Golfo Pérsico, os Estados Unidos tentam restabelecer sua hegemonia, tendo como pano de fundo uma crise interna na União Soviética – também fragilizada por conflitos internos de natureza regional –, o próprio desarranjo do bloco socialista e um profundo abismo social e econômico em relação ao chamado Terceiro Mundo, *locus* de pressões potencialmente desagregadoras do cenário como um todo.

Assim como em outros conflitos anteriores desde a derrota na guerra do Vietnam, a guerra do Golfo nada mais é do que uma escalada na reconquista, por parte dos Estados Unidos, de seu papel de árbitro, desta feita com o apoio de uma aliança multinacional. Nesse sentido, as razões para a intervenção apenas exponenciam o que já ocorrera com a invasão de Granada e, mais recentemente, do Panamá: o teste progressivo da capacidade de policiamento tópico e utilização de um arsenal bélico e tecnológico para o desempenho do papel de xerife mundial por parte dos Estados Unidos. Dado que as intervenções nunca resolvem, mas simplesmente abafam, contêm ou mesmo redefinem os problemas que estavam na origem da crise, é muito provável a recorrência de crises, forçando o exercício continuado e altamente desgastante desse papel. Internamente, talvez com muito mais intensidade, o refluxo das crises, com o envio de tropas e uma crise estrutural da economia que não parece se resolver com o estímulo à produção de armas e equipamento bélico, leva os Estados Unidos a se descurarem do âmbito doméstico, atuando sempre *para fora*. Assim, a frágil convivência democrática no âmbito externo pode perder sua base de suporte, que é a vigência da democracia no plano interno, não propriamente no sentido da regressão da institucionalidade democrática, mas daquilo que é seu substrato no plano normativo: as práticas sociais.

Não quero me postar aqui numa posição de preocupação excessiva com a ordem democrática no âmbito doméstico dos Estados Unidos, e muito menos com a sua vigência no plano internacional quando, com a guerra, ficam em jogo valores bastante mais profundos como a vida e a sobrevivência humanas. Contudo, face à ausência de um conhecimento aprofundado sobre a complexa situação no Oriente Médio, cumpre alertar para esse aspecto nem sempre salientado nas análises dessa crise e que tem profundas implicações no que diz respeito à possibilidade de consecução e consolidação da democracia no âmbito dos países do Terceiro Mundo.

Por um lado, principalmente por ser em nome da prevalência de normas no plano internacional, a retomada do papel de árbitro externo resgata o orgulho nacional e os sentimentos patrióticos dos norte-americanos. Por outro lado, o descuido com respeito a aspectos internos, como a perda de competitividade da indústria americana em relação principalmente à japonesa, acirra os sentimentos daqueles que pensam que os Estados Unidos devem valer pelo que são, sendo o seu poderio econômico o lastro para o seu papel político mundial, qualquer que ele seja. Em ambos os casos, as motivações dão origem a posturas arrogantes, base para a prepotência nos planos interno e externo. Além disso, presencia-se uma divisão da sociedade, já profundamente marcada pela deterioração do seu tecido social.

A ser verdade uma crise estrutural da economia improvável de ser revertida com as empreitadas bélicas, uma volta *para dentro*, no sentido da superação das dificuldades sociais, fica também comprometida: os investimentos internos em educação, saúde e infra-estrutura são decrescentes. Acresce-se a isso a exportação da pobreza do Terceiro Mundo para áreas da fronteira com o sul do Rio Grande e para grandes cidades como Nova Iorque, Los Angeles e Chicago. Do ponto de vista político, o fenômeno da generalização do gueto força o governo a práticas arbitrárias pautadas pelo argumento da segurança. Fora de situações

normais, como a que se impõe com uma guerra na qual o elemento "terrorismo" assume dimensões palpáveis, o governo se vê praticamente sitiado, aumentando ou lançando mão da censura, recorrendo a expedientes de informação e contra-informação que afetam particularmente as minorias dentro do país. Em poucas palavras, o governo se isola progressivamente da população, ainda que a possibilidade da vitória implique, num momento posterior, um aumento dos seus índices de popularidade.

É assim que, historicamente marcados pela tradição de manter internamente a democracia, ao mesmo tempo em que exportavam a violência e o estímulo ao autoritarismo nas suas ações bélicas e imperialistas, os Estados Unidos se vêem hoje defronte da possibilidade de erodir as práticas e valores democráticos no âmbito doméstico.

Desafortunadamente, para o reforço do império de um direito, ainda que abstrato no plano internacional, de garantia da integridade territorial como um princípio, as forças do nacionalismo têm se mostrado mais renitentes e capazes de mobilizar populações inteiras sob as condições mais adversas, que, a não ser no limite, realimentam ainda mais a resistência e, em conseqüência, a própria virulência dos conflitos.

Em última instância, é supostamente com o esgotamento da política enquanto negociação que a guerra é deslanchada. E, nesse sentido, falam sempre mais alto razões de ordem propriamente política do que as determinações de natureza econômica, ainda que diante do quadro de devastação instaurado no desenrolar do conflito, que implica a reconstrução física e econômica de um amplo território. Mas, ao se apontar para tal constatação, o que se quer dizer é que o término do conflito armado é muitas vezes o início de um quadro político ainda mais incerto, que reforça o papel de *surveillance* das grandes potências, induz ao intervencionismo na determinação do processo político interno e gera, quando muito, apenas um novo equilíbrio precário, marcado pelo fosso crescente entre o Norte e o Sul no âmbito mundial.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

A guerra das nações

Carlos Eduardo Rebello de Mendonça*

* Pesquisador da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FEA-UFRJ) e doutorando em sociologia do Iuperj.

Pode-se dizer que não ocorre a ninguém que seja fortuita a coincidência temporal entre a guerra do Golfo Pérsico e as agitações nacionalistas nas repúblicas bálticas. Dos dois lados teríamos casos de soberanias nacionais agredidas pela potência regional que buscam afirmar o princípio da autodeterminação dos povos. No entanto, é como se a decomposição do império soviético ou a oposição à agressão iraquiana fossem um jogo de soma zero em que a nacionalidade emergente só pode ocupar seu espaço geográfico próprio pela expulsão completa de todos os alienígenas domiciliados. Assim, na Lituânia e na Letônia, os PCs regionais tomam a forma de partidos nacionais dos trabalhadores de origem russa, ali instalados por Stalin, contra a legislação discriminatória produzida pelos nacionalistas. Ao mesmo tempo, nas últimas eleições na Polônia, os principais candidatos afirmaram seu comprometimento com a idéia da nação polonesa, acusando seus adversários de estarem racialmente maculados – isto é, expandiram-se nas declarações anti-semitas mais feias possíveis. Deve-se esperar, aliás, que, com o crescente enriquecimento de burocratas do antigo PC polonês em negócios escusos de privatização de empresas estatais, os novos senhores da República tratarão mais tarde de explicar tanta riqueza no meio da miséria mais total, reativando para o grande público a *teoria*, reabilitada *ad hoc*, da identidade entre socialismo e judaísmo.

Enquanto isso, a coalizão multinacional no Golfo Pérsico considera que a invasão do Kuwait parece justificar retroativamente que o governo israelense tenha se recusado, desde 1977, a ter outra política para o Oriente Médio que não a das retaliações indiscriminadas, tais como o atual toque de recolher nos territórios ocupados, o qual simplesmente impede qualquer palestino de atender à sua própria subsistência material. Assim, se o princípio das nacionalidades se afirma de todos os lados da forma mais exuberante, o resultado da sua aplicação é apenas o de garantir a distribuição uniforme no espaço das atrocidades de todos contra todos.

É preciso, primeiro, para que tal situação seja entendida, abandonarmos a idéia propagandística de que estamos diante de velhas nacionalidades oprimidas que desejam criar uma estrutura estatal para se oporem a uma vontade de poder imperial que tem sua expressão concreta no expansionismo russo, ou no islamismo.

De fato, se há algo de comum a lituanos, letões, estonianos, judeus e palestinos – iraquianos também – é o caráter adventício do seu ser nacional. Os povos do Báltico, desde o final da Idade Média, constituíam-se tão-somente em populações camponesas que trabalhavam as terras dos senhores feudais alemães, suecos, poloneses e russos que dominavam a região. Na Rússia de antes de 1917, os barões do Báltico não eram senão os senhores feudais de língua alemã que forneciam à corte do tzar cortesãos, militares e princesas. Os habitantes nativos da região não passavam de uma classe camponesa que falava uma língua diferente da língua da classe dominante.[1] Do mesmo modo, até a Primeira Guerra Mundial, os árabes não eram senão um aglomerado de populações camponesas e de comerciantes que estavam sob a tutela do aparato administrativo ou das potências coloniais, ou do sultanato otomano. Leve-se em conta que o expansionismo islâmico dos séculos XVI e XVII foi realizado pelo aparato estatal turco, que mobilizava exércitos cujas melhores tropas eram compostas de escravos cristãos seqüestrados nos Balcãs e treinados no palácio em Istambul.[2]

Seria bom lembrar, aliás, que os dois cercos de Viena e a batalha de Lepanto, que traziam consigo o perigo real de ver o turco fazendo pastar seus cavalos na Praça de São Pedro, não parecem ter provocado a mesma reação emocional que a existência de um exército iraquiano com mísseis de tecnologia primitiva e pouca acuidade suscita na mente de um público da cristandade que, na sua maior parte, limitar-se-á a assistir à guerra televisiva via CNN.

De fato, o que torna a atual situação especialmente mortífera é o fato de que não estamos diante de um conflito entre nacionalidades: estamos, sim, diante de um conflito entre aparatos estatais que se organizaram ou estão se organizando a partir de um território geográfico arbitrariamente definido. Esse processo não é recente e começa no final do século XIX e início do século XX. A desagregação dos impérios otomano, austro-húngaro e russo, seguida mais tarde pela descolonização do pós-Segunda Guerra Mundial, criou espaços geográficos vazios onde aparelhos estatais detêm o controle de um território de limites arbitrariamente definidos, seja pelo azar da guerra. seia por acordo entre as metrópoles.

A Estônia, Letônia e Lituânia de 1918 são resultado da presença de um exército de ocupação alemão substituído pelas tropas dos guardas brancos abastecidos pela Marinha britânica, que usavam esses territórios como base para atacar os bolcheviques. Sua independência só foi possível graças ao interesse de Lênin e Trotsky em aplicar o princípio do "direito dos povos de disporem de si mesmos" [3]

Nesse sentido, o aparato estatal dessas nações – isto é, ditaduras direitistas similares e republiquetas de banana[4] – tem tanto enraizamento no espírito nacional quanto poderíamos dizer que o Estado iraquiano é o sucessor histórico do império de Nabucodonosor ou o Estado de Israel, do Templo de Jerusalém.[5] De fato, as nacionalidades bálticas ou palestinas são expressões geográficas, podendo-se concordar com a afirmação de que não haveria uma cultura palestina diversa da dos árabes vizinhos, não fosse o fato de que, por esses critérios, não existe também uma nacionalidade judaica, a não ser que se faça necessariamente coincidir desejo de nacionalidade e existência da nacionalidade, o que coloca todas as partes em presença na Europa Oriental e no Oriente Médio em iguais condições de legitimidade.

Assim, desde 1918, temos um aparato estatal formado pela pequena-burguesia de cada um desses territórios libertados que tenta organizar as condições mínimas para a acumulação capitalista e a industrialização em cada um desses territórios. Tal processo é mais ou menos similar no Oriente Médio e na Europa Oriental. No entanto, é claro que nenhuma dessas pequenas-burguesias de militares, comerciantes, profissionais liberais etc. percebe-se como uma classe social, e sim como uma espécie de vanguarda de uma nacionalidade emergente. Exatamente porque tal nacionalidade inexiste como uma cultura – já que essa cultura é a dos vizinhos, às vezes apenas falada numa outra língua –, a afirmação da emergência da nacionalidade passa obrigatoriamente pela constituição de uma alteridade: um inimigo nacional que representa o negativo da nação. O nacionalismo árabe do século XX, por exemplo, nega diretamente o caráter supranacional do islamismo anterior e prepara os massacres de minorias antes toleradas que já eram praticados na Armênia pelos nacionalistas turcos do século XIX.[6] O problema palestino, a perseguição dos russos no Báltico e o anti-semitismo polonês têm, da mesma forma, sua raiz comum numa classe dominante emergente que nega sua própria diferenciação para representar-se como uma nacionalidade homogênea.

A raiz dos recentes conflitos na região geográfica que vai do Báltico, ao norte, até o Golfo Pérsico, ao sul, está exatamente no fato de que, à medida que o processo de desenvolvimento econômico prossegue, ele necessariamente ultrapassa as fronteiras nacionais arbitrariamente fixadas. A acumulação capitalista em escala mundial cria obrigatoriamente tensões sociais entre aqueles mais bem posicionados para se constituírem numa burguesia de Estado e a população em geral. Tal diferenciação é tanto mais aguda quanto mais a penetração capitalista é determinada a partir da presença do grande capital internacional – ou, pelo menos, da expectativa da sua penetração futura. Cria-se a noção difusa de duas alternativas possíveis: ou bem a burguesia emergente renuncia a ser outra coisa que não uma representação do capital estrangeiro, ou bem tenta ampliar a base territorial de acumulação à custa de outros grupos.

A primeira alternativa foi a adotada pelos países da Península Arábica, com suas dinastias reais instituídas e sustentadas pelas potências coloniais e que se limitam a receber parte do excedente da exploração dos seus recursos naturais em troca de manterem um dispositivo militar e burocrático que garante a ordem sobre uma população cuja classe operária emergente é tecnicamente composta de estrangeiros. Nessas sociedades, os nacionais acabam por constituir-se numa verdadeira ordem sem outra via de entrada que não o nascimento. Tal modelo, no entanto, está desmoronando em função das próprias considerações de eficiência militar; já vimos que as tropas dos aliados árabes dos EUA são incapazes sequer de fazer o papel de uma barreira protetora atrás da qual o exército americano possa preparar um ataque terrestre-surpresa num ponto mais desguarnecido da frente. Se tivermos um ataque frontal às posições do Iraque no Kuwait, a sua razão primordial será a absoluta inutilidade militar dos exércitos dos monarcas do Golfo.[7]

Deve-se entender, portanto, que a invasão iraquiana está diretamente ligada a uma tentativa de criar um maior espaço territorial de acumulação capitalista autônoma, na medida em que se busca fazer coincidir a nacionalidade árabe com um aparato estatal que englobe a maior parte dessa nacionalidade. A derrota militar de tal projeto é, a médio prazo, inevitável. É inevitável também que tal fracasso crie uma clivagem, para todos os países da área, entre um grupo dirigente reduzido incapaz de repartir dinamicamente o excedente econômico de forma mais igualitária e o restante da população. A ausência de uma participação

ativa de Israel nesssa guerra não tem outro motivo: se suas forças armadas tentarem algo mais que uma retaliação – que no momento produziria um ganho marginal nulo, uma vez que já chegou-se quase à saturação de explosivos do território inimigo –, corre-se o risco de um levante popular difuso dentro e fora do território israelense.

De fato, aquilo a que estamos assistindo com o imenso fluxo de refugiados e pessoas deslocadas, que aumentará ainda mais com a derrota do Iraque, é algo como a fusão de uma questão palestina com uma questão das classes populares do Oriente Médio. Do mesmo modo, a reação dos russos ao nacionalismo báltico toma o caráter de uma luta operária contra privatizações e aumentos de preços, ao mesmo tempo que os nacionalistas da região se aliam a Boris Yeltsin para fundirem suas milícias nacionais num exército panrusso a serviço da restauração do capitalismo. Assim, acima e além das lideranças pragmáticas, o esgotamento das possibilidades econômicas do Estado nacional se revela numa conversão das lutas nacionais em lutas de classes supranacionais. No final do século XX, o nacionalismo nega a si próprio numa situação que poderia ser resumida no aforisma de Rosa Luxemburgo em 1918: cada classe se autodetermina de maneira diversa.[8]

NOTAS

1. Cf. Carr, E. H. *A revolução bolchevique*. Porto, Ed. Afrontamento, vol. 1, 1977, p. 348-51; Anderson, Perry. *Lineages of the absolutist State*. Londres, Verso, 1980, p. 284-5 e 387.

2. P. Anderson, *op. cit.*, p. 365-77.

3. Cf. Luxemburgo, Rosa. The nationalities question in the Russian Revolution. *In: The national question: selected writings by Rosa Luxemburgo*. Nova Iorque, Monthly Review Press, 1976, p. 292-9.

4. Deutscher, Isaac. *Stalin: a political biograph*. Londres, Penguin Books, 1982, p. 436: "tiny republics with (...) expensive, comic-opera police regimes".

5. Cf. Leon, Abraham. *Concepção materialista da questão judaica*. São Paulo, Ed. Global, 1981, p. 38-9.

6. P. Anderson, *op. cit.*, p. 390.

7. Mandel, Ernest. *O significado da Segunda Guerra Mundial*. São Paulo, Ed. Ática, 1989, p. 57: "(...) numa guerra, os meios especificamente militares são utilizados para apressar uma dada meta política (...) Segue-se que o acordo de paz subseqüente deve ser avaliado não tanto em comparação com os danos ou a derrota infligidos ao inimigo, mas com a medida em que a meta política se concretizou." Daí a impossibilidade de opor "vitórias militares" obtidas pela superioridade total em equipamento e material à "vitória política" de uma ação de demonstração de capacidade de combate na qual o adversário esperava ter aniquilado tal capacidade.

8. R. Luxemburgo, *op. cit.*, p. 297.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

Clausewitz derrota Kant na guerra do Golfo

Luis Manuel Rebelo Fernandes*

* Professor da Universidade Federal Fluminense e doutorando em ciência política do Iuperj.

"A *paz perpétua* que se segue aos até agora falsamente chamados tratados de paz (na realidade armistícios) não é uma idéia vazia, mas uma tarefa que, pouco a pouco resolvida, se aproxima constantemente do seu fim."

Com essas palavras otimistas, Immanuel Kant terminava, em 1796, o seu famoso ensaio *A paz perpétua – um projeto filosófico*. Segundo o grande expoente da filosofia clássica alemã, a afirmação de princípios morais universais nas relações entre nações permitiria à humanidade erradicar as guerras e gestar uma "federação de Estados livres" no mundo.

Na mesma altura, Carl von Clausewitz, um jovem soldado prussiano que havia recebido seu batismo de fogo com apenas 13 anos na campanha do Reno em 1793, preparava-se para ingressar na Academia de Berlim. Clausewitz viria a seguir uma carreira militar brilhante (tendo se tornado, inclusive, diretor da Academia Militar de Berlim) até morrer em 1831, vítima da cólera – doença que voltou à moda recentemente na América Latina. A publicação póstuma do seu livro *Sobre a guerra* tornou-o uma referência clássica no estudo da questão, sobretudo pela sua conclusão de que a guerra é uma continuação da política por outros meios.

Após as mudanças dos últimos anos nos países do Leste, as referências teóricas desses dois pensadores alemães (não necessariamente excludentes) passaram a fundamentar leituras bastante diferenciadas e divergentes sobre o processo de reordenamento mundial em curso. Para os analistas que se inspiraram na fonte kantiana, a perspectiva concreta de aniquilamento da raça humana (materializada no poder destrutivo dos arsenais nucleares) teria feito com que a guerra deixasse de ser um "instrumento racional da política no mundo contemporâneo".[1] O reconhecimento dessa realidade pelos dirigentes mundiais teria gerado, enfim, uma nova era nas relações internacionais, que passaram a ser regidas por valores éticos universais e pela busca de soluções negociadas para as divergências. Seria a afirmação (por vias transversas) do otimismo de Kant contra

o realismo de Clausewitz na nova ordem mundial.

Após as imagens televisivas de carnificina e morticínio que teimaram em invadir as nossas casas durante a guerra do Golfo, essa leitura pode parecer ingênua, ou até mesmo ridícula. Mas era justamente essa a perspectiva que predominava nos meios políticos e acadêmicos até o início deste ano. Até mesmo após o começo dos combates, em janeiro, intelectuais renomados do pensamento progressista e de esquerda (como Jürgen Habermas e Norberto Bobbio) tentaram justificar o conflito com base na necessidade de garantir a "reacomodação neokantiana" do mundo.

Hoje, esses mesmos pensadores reconhecem haver problemas teóricos e práticos seríssimos nas suas posturas iniciais. A questão não é só o descompasso do anúncio de um mundo regido por princípios morais universais com a realidade nua, crua e bruta do conflito no Golfo. A questão teórica ainda mais fundamental e decisiva é que *não há como entender a evolução e o desfecho do conflito* (as orientações estratégicas e ações táticas das forças envolvidas, suas contradições, desdobramentos, perspectivas, limitações etc) *a não ser pelo prisma da política*, isto é, *concebendo a guerra como um instrumento da política*! Independentemente do julgamento que façamos do resultado político concreto da guerra, o fato é que, do ponto de vista teórico, a perspectiva de Clausewitz triunfou sobre a de Kant.

Cabe recuperar e precisar, aqui, o enfoque teórico original sobre a guerra introduzido por Clausewitz. Muitas vezes sua formulação básica é entendida como uma defesa racional da *validade* da guerra como instrumento da política. Na verdade, o seu raciocínio opera em outra dimensão – o reconhecimento da natureza *política* de todas as guerras entre Estados, independentemente do julgamento que façamos delas.[2] Neste prisma, toda e qualquer guerra deve ser analisada a partir dos objetivos e das condições *políticas* que a originaram (e que conformam as grandes linhas de sua evolução).

É verdade que Clausewitz tinha uma visão excessivamente monolítica, simplista e unívoca do suposto "interesse nacional" que se materializaria na política de cada Estado. Ele chegava até mesmo a equiparar a guerra entre Estados a um duelo entre indivíduos, ignorando a contrariedade de interesses e objetivos políticos no interior de cada Estado nacional. Mas, se juntarmos essa dimensão ao enfoque clausewitziano, o reconhecimento da natureza política das guerras se revela uma abordagem rica, sofisticada e atual para analisar conflitos bélicos.

No caso da guerra do Golfo, ela nos permite enxergar além do discurso oficial da administração Bush, que procurou situar o conflito em termos neokantianos – os EUA teriam se limitado a obrigar o governo do Iraque a cumprir resoluções da ONU, afirmando essa instituição como o foro de regulação de uma nova ordem mundial calcada em valores universais. As contradições desse discurso com as posições e ações concretas da política externa norte-americana (tanto antes como durante e depois da guerra) são tragicamente evidentes.

Afinal, por que o comando militar norte-americano decidiu transformar a estrada que liga o Kuwait ao Iraque em autêntico corredor da morte, massacrando civis que fugiam desesperadamente e forças militares que batiam em retirada (cumprindo, afinal, a exigência da ONU de desocupação do emirado)? Por que o governo dos EUA insistiu em deflagrar as operações terrestres quando o Iraque havia decidido, finalmente, acatar a exigência de retirada do Kuwait (via a proposta de paz soviética)? Por que uma força militar semelhante não foi acionada para garantir o cumprimento de outras resoluções da ONU (como as que há 23 anos vêm exigindo a retirada de Israel dos territórios árabes ocupados)? Por que o mesmo Bush se achou no direito de invadir o Panamá, matando milhares de civis inocentes,

sem qualquer respaldo em resoluções da ONU? Por que os EUA se negaram a reconhecer, faz poucos anos, a autoridade e legitimidade da Corte de Haia (principal órgão judicial das Nações Unidas) para condenar a ação norte-americana de minar os portos da Nicarágua?

A lista de incongruências poderia seguir aqui quase indefinidamente. Do ponto de vista kantiano, isso é a própria negação da moral, pois ela se funda como *conjunto de leis incondicionalmente obrigatórias*, em que a contradição é inconcebível. O que as incongruências acima revelam é que, por trás do discurso neokantiano, a lógica que norteou (e continua norteando) a ação norte-americana é estritamente clausewitziana.

O próprio Clausewitz havia indicado que a condução militar na guerra *depende* dos objetivos políticos das forças envolvidas. Se o objetivo do governo Bush fosse simplesmente forçar a retirada iraquiana do Kuwait, a ação militar correspondente se limitaria ao bloqueio econômico (que já é, em si, um ato de guerra), pois a economia iraquiana já evidenciava sinais de estrangulamento ao final do ano passado. A condução militar dada pelo alto comando norte-americano (bombardeio massivo do Iraque seguido do cerco e aniquilamento da força militar desse país, mesmo após ele ter iniciado a retirada do Kuwait) revela que o seu objetivo era mesmo o de destruir o Iraque como potência capaz de disputar a hegemonia regional no Oriente Médio. Para Washington, portanto, a guerra tinha um objetivo positivo que obedecia ao que Clausewitz chamava de "lógica da guerra absoluta": "se o inimigo deve ser reduzido a um ato de submissão através da guerra, ele deve ser positivamente desarmado, ou então colocado numa posição tal que esteja permanentemente ameaçado disso".[3]

É claro que esse objetivo se enquadra em outros, tanto na política externa como na política interna do governo norte-americano. Esses poderiam incluir o objetivo de se afirmar como superpotência militar única no mundo após o colapso do bloco soviético: o de intimidar a crescente concorrência econômica do Japão e da Alemanha através de uma "demonstração de força militar"; o de aumentar sua presença e controle numa região estratégica para os países centrais como fonte energética; o de interferir na disputa de hegemonias regionais impedindo a consolidação de uma liderança potencialmente antiamericana no Oriente Médio (sobretudo no mundo árabe); o de reverter temporariamente o agravamento da recessão nos EUA através do incremento de gastos bélicos relacionados com o conflito; o de aumentar e consolidar o cacife eleitoral da administração republicana nas eleições de 1992 através do prestígio gerado por uma vitória militar etc.

O mesmo tipo de reflexão pode e deve ser feito para o conjunto de forças que se envolveram no conflito (e também para as que *não* se envolveram), de modo a traçar um quadro geral da guerra e das suas conseqüências e desdobramentos no mundo. Os limites deste artigo não permitem discutir a existência, plausibilidade e peso desses objetivos, ou a possibilidade das opções políticas e militares de as forças envolvidas terem gerado seus "efeitos perversos", isto é, contradições e problemas não previstos pelos objetivos originais.[4] O que procurei enfatizar é que, contra as previsões otimistas e ingênuas que predominavam nos meios políticos e acadêmicos até há pouco, a guerra do Golfo revelou que o mundo continua sendo governado pela "moral política". E não há sinais de que ela esteja sendo superada pela "política moral" kantiana na atual reordenação mundial. Não compreender isso acarreta graves erros de posicionamento político.

O mundo continua essencialmente clausewitziano. Mas isso não é motivo para desespero, resignação ou fatalismo. Afinal, o reco-

nhecimento de que a guerra continua sendo instrumento da política pode servir de fundamento também para um *pacifismo conseqüente* que não se limite a condenar ou lamentar as "guerras em geral", mas se esforce por identificar, combater e superar os fatores políticos (históricos, concretos) que as geram. É esse o nosso desafio.

NOTAS

1. Entre os defensores desse argumento encontra-se ninguém menos do que Gorbachev, que o formulou explicitamente nas páginas do seu livro *Perestroika* e o transformou num dos pilares centrais do "novo pensamento" que vinha orientando a política externa soviética até a guerra do Golfo.

2. É nesse sentido que eu afirmei, um pouco antes, que o enfoque teórico original de Clausewitz não é necessariamente contraditório com o de Kant. A conclusão teórica de Clausewitz opera no terreno da *experiência histórica concreta dos Estados*, que é dominada pela figura do que Kant chamava de *moralista político* ("que forja uma moral útil às conveniências do Estado"). Aqui, a guerra é uma continuação da política. Kant defende a superação dessa figura pela do *político moral* ("que assume os princípios da prudência política de modo tal que possam coexistir com a moral"). Só assim se poderia erradicar as guerras e alcançar a (ou se aproximar da) *paz perpétua*. Justamente por operarem em níveis diferentes, as perspectivas teóricas de Kant e Clausewitz não são "intrinsecamente contraditórias". A confrontação de ambas aponta, na verdade, para outras indagações – será que é válido conceber teoricamente uma *moral a-histórica*? E mesmo que isso seja possível e lícito, podemos localizar forças e tendências *predominantes* no mundo concreto, histórico, vivido que apontem para o seu triunfo?

3. Clausewitz, C. *On war*. Middlesex, Penguin Books, 1986, p. 104 (tradução minha).

4. Entre os possíveis "efeitos perversos" para o Estado norte-americano podemos incluir a deterioração das relações EUA-URSS (com o recrudescimento de tendências militaristas na União Soviética), o fortalecimento do Irã como potência regional no Oriente Médio, a ameaça de *libanização* do próprio Iraque etc.

SEMINÁRIO
Reflexões sobre a guerra no Golfo Pérsico

As duas lógicas da crise do Golfo

Cesar Guimarães*

* Professor do Iuperj.

A aventura do presidente Saddam Hussein possibilitou aos Estados Unidos revelarem, pelas armas, poder político sem precedentes históricos. Derrotando os iraquianos militarmente e sem perder tempo com a intermediação soviética, o presidente George Bush deixou claro que o processo iniciado nos anos oitenta chegou a bom termo. Emerge, a exemplo do século passado, uma nova Inglaterra, mas o paralelo é duplamente frágil: de um lado, porque se trata de capacidade de agir em escala global, em qualquer plano militar, forjando, quando não impondo, as alianças pertinentes, e com um grau de legitimidade elevado, pelo momento; de outro lado, porque a nova hegemonia americana poderá contribuir para a instabilidade mundial mais que para seu oposto.

Na década de oitenta, Ronald Reagen explicitou o objetivo estratégico americano em linguagem fundamentalista: a derrota do "Império do Mal", referindo-se à União Soviética. Já contido o referido império – por dificuldades internas crescentes, pela derrota ideológica e pela perda de fôlego na corrida armamentista –, Bush pôde iniciar a nova década com uma definição mais flexível do Mal, que passa a estar onde o interesse o indique, e com uma demonstração cabal de que os recursos militares serão empregados ali e quando a vontade da potência máxima o exigir.

No decurso da crise e da guerra do Golfo, Saddam Hussein, este mal menor, forneceu todos os ingredientes para emprestar legitimidade elevada às formulações políticas e militares americanas. Forjou o anti-Vietnam. Contribuiu para que se revelasse a face militar de um mundo novo, economicamente liberal, politicamente conservador, dedicado ao esforço planetário de re-hierarquização social e política no interior das sociedades e nas relações internacionais.

Bush pode, assim, celebrar duas vitórias: a vitória militar na guerra do Golfo e a vitória maior na verdadeira "mãe de todas as batalhas", a que engendrou seu "mundo novo", potencialmente um *"Brave New World"* ou uma antecipação realística de *Blade Runner*.

A hegemonia militar americana, propalada por Reagen com um estardalhaço a que não faltaram as sinistras propostas da *guerra nas estrelas*, substitui a bipolaridade a que o mundo assistiu desde os anos cinqüenta. Não faltará trabalho aos especialistas em relações internacionais. Terá a nova situação perspectivas duradouras? Ou, antes, trata-se de situação instável, transição para um novo modelo? A uns, hão de impressionar, como um sinal, as hesitações momentâneas de alguns Estados europeus (Alemanha, Itália) perante a argumentação soviética às vésperas da batalha decisiva no Kuwait e no sul do Iraque. Hesitações, contudo, logo superadas pela pressão inexorável de Bush. Outros ressaltarão o descompasso entre a capacidade econômica e o poderio militar da Alemanha unificada e do Japão, em contraste com o poder de fogo de uma economia americana debilitada. Uns e outros a esboçar cenários de um futuro "equilíbrio de poder" que substituiria a bipolaridade anterior e impediria a expansão hegemônica ora prenunciada.

Alternativamente, estaria equivocado o diagnóstico de hegemonia, o que se revelaria pela forma mesma do acordo entre as potências, por vezes com ativa participação soviética, e que permitiu a guerra no Golfo. Isso, é claro, para não referir à legitimidade das 11 resoluções da ONU. Estaria aberto o caminho para novas ações contra os bárbaros de todo o gênero e é esse o entendimento mais compatível com o "novo mundo" de Bush, ordem unificada por homogêneo interesse central capaz de pacificar e hierarquizar as nações dos periféricos. Mundo em que o conceito de Estado nacional seria expelido da civilização para a barbárie, da mesma forma como a bela diferença vem expulsando a feiúra contraditória das análises sociais. Estados nacionais seriam o Iraque e a China, a Índia e o Brasil, a Nigéria e o México, a serem domesticados, em seus eventuais arroubos, pelos parceiros da racionalidade natural.

Pelo momento, contudo, é a ordem hegemônica que se impõe ao inimigo vencido, aos parceiros de sorriso amarelo e aos bárbaros estupefatos. É sua a vitória a celebrar: ela fará sua própria crônica; quanto aos vencidos, eles não têm história.

•

Assim como não há mão nenhuma
que não tenha acima dela a mão de Alá,
também não há tirano tão cruel
que não padeça um dia a tirania de um outro.

Dedicado a seu projeto inviável, Saddam Hussein negligenciou o belo ensinamento de *As mil e uma noites*.[1]

Há, talvez, um traço perverso na prática do nacionalismo árabe. De uma parte, tem contribuído, nos últimos 50 anos, para conduzir elites e massas num caminho modernizante, antagônico ao atraso imposto pelas monarquias tradicionais, pelo fundamentalismo islâmico e pelos interesses petrolíferos. Tal caminho modernizante, aliás, teve sua amplitude máxima na revolução iraquiana de 1958, que, derrubando a monarquia, um governo venal, instaurou no poder o partido Baath e seus aliados nasseristas e comunistas. De outra parte, o nacionalismo árabe parece compelir seus protagonistas à necessidade de uma unificação territorial que, impossibilitada pelas diferenças entre países e pelos interesses externos na região, vem conduzindo a derrotas políticas e militares sucessivas. O projeto pan-árabe que um estadista como Nasser não conseguiu implementar diplomaticamente se tornou, nas mãos de Saddam Hussein, objeto de uma aventura de características odiosas, repudiada pela opinião pública mundial e manipulada, nos seus desdobramentos, para o serviço da nova hegemonia internacional.

Não foram pequenas as pretensões de Saddam Hussein. Desde logo buscou impor-se, *mam militari*, como a liderança inconteste da

região, num movimento que impunha – a partir de seu primeiro passo, o Kuwait – o formato de unificação que exatamente constitui o aspecto perverso do nacionalismo árabe. Primeiro passo: dificilmente não seriam afetadas, em seus regimes políticos, as atuais monarquias árabes. Chave para uma segunda pretensão: as monarquias árabes, em especial a Arábia Saudita e o Kuwait, impediram, ao longo dos anos oitenta, o pleno funcionamento do cartel da Opep.

Nesse particular, Saddam Hussein resolveria definitivamente um problema conhecido dos especialistas na chamada lógica da ação coletiva. Foram esses especialistas que deflacionaram os temores surgidos em 1973, quando do primeiro embargo de petróleo e da formação da Opep. Dizia-se, então, que os árabes iriam dominar a economia mundial, que o cartel disporia de superpoderes contra os quais só a ação militar, de resto cogitada nos Estados Unidos, seria eficaz. Àqueles especialistas coube esclarecer que cartéis são organizações por natureza instáveis *na ausência de coerção*. Espontaneamente, ainda que participe do cartel, nada impede que um membro pratique preços mais baixos ou quantidades mais elevadas que as coletivamente definidas. Desde então, as monarquias árabes se revezaram no papel de carona e estraga-prazeres, em prejuízo dos outros parceiros, o Irã e o Iraque especialmente. Ainda em julho último, na Opep, o Iraque e o Irã impuseram uma alta de preços que o Kuwait desrespeitou, com vasto prejuízo para os endividados beligerantes de uma guerra de oito anos.

Invadindo o Kuwait, sob a alegação de antigos e novos contenciosos territoriais e econômicos, Saddam Hussein provia, afinal, o elemento estabilizador do cartel, elegante solução para um problema de economia institucional: o porrete. Despropósito de Saddam Hussein que, somado à reconfiguração geopolítica do Oriente Médio, não ficaria sem resposta dos interessados. Afinal, o Kuwait, logo anexado sem maiores cerimônias, não é apenas um enorme poço de petróleo – com a nova *província*, o Iraque seria o detentor de 21% das reservas mundiais, mais do que a Arábia. É também o sócio exemplar de inúmeros empreendimentos no Ocidente: "neutro em face das empresas de que é acionista e nos países em que atua, discreto e liberal no trato com os bancos, de que não mais exige que uma boa remuneração de seus depósitos", o Kuwait, patrimônio do emir Jaber El Sabah, foi ironicamente caracterizado por um grande empresário europeu como o "maior banco do mundo". Que faria o Iraque com uma *província* que detém "20% do capital do grupo químico Hoechst, 5% do Paribas ou 9,9% do grupo petrolífero BP etc."?[2]

O emir não precisou dos serviços de um vizir suíço para que houvesse acordo quanto à retenção de seus haveres mundiais, inacessíveis ao governante iraquiano. Motivos econômicos tão elementares somaram-se aos decisivos motivos políticos e estratégicos para desencadear a reação e a guerra.

Saddam Hussein ainda acrescentou, ao programa máximo que se propôs executar, as ameaças a Israel, à conta da questão palestina. Inevitável em afirmações da liderança árabe, a iniciativa continha, porém, a promessa de guerra química, felizmente não cumprida. Ou cumprida em parte: os Scuds lançados contra Israel, que por vezes atingiram a população civil, apenas tornaram a causa dele ainda mais ilegítima. Não há dúvida de que contribuíram para fortalecer o governo direitista do Likud; para reforçar as parcelas mais intolerantes da opinião pública israelense; para justificar o continuado desrespeito, por Israel, da Resolução 242 da ONU, de 1967, que requer desse país que desocupe os territórios, desde então, tratados como terra anexada; para enfraquecer as lideranças palestinas.

O governante iraquiano conduziu as tratativas anteriores à invasão de agosto, a ocupação do Kuwait e a guerra em que se envolveu

como se dispusesse de toda a força e nenhum escrúpulo. Equivocou-se quanto à sua força. Manteve, enquanto havia o que negociar, uma posição maximalista, que implicava a anexação, o reconhecimento de sua liderança e uma solução definitiva para a questão palestina, o que certamente teria conseqüências de enorme alcance, reduzindo drasticamente a influência americana na região e eventualmente produzindo uma convulsão social de larga escala.

O maximalismo e a intransigência de Hussein estão na base do processo de reação internacional a partir da invasão de 2 de agosto. Ela se regerá, de agosto a janeiro, por duas lógicas de alcance bem diverso. A primeira tem por base a exigência de retirada iraquiana do Kuwait (Resolução 660, do Conselho de Segurança) e, para tanto, impõe as sanções do embargo econômico (Resolução 661 e subseqüentes). É a lógica conservadora pela qual se objetiva restabelecer o *status quo* na região e que inicialmente tem o respaldo consensual das grandes potências. A segunda, vitoriosa na ONU no final de novembro, é a contraface do maximalismo de Hussein: permite, aos "Estados-membros que cooperam com o Kuwait", que "utilizem todos os meios necessários" para a evacuação do Kuwait (Resolução 678). Compele, sob a aparência de sanção adicional mais forte – a ação policial, o uso da força –, a algo muito distinto e que se tornou conhecido pela denominação adequada: a guerra do Golfo, pela qual não só Saddam Hussein seria expulso do Kuwait, mas seu poderio militar e seu país arrasados. Uma guerra cujas conseqüências são as buscadas por Saddam Hussein, mas com o sinal trocado: eliminação de uma liderança árabe forte; sustentação das monarquias, incluindo o provimento de força para permitir que elas enfraqueçam o cartel do petróleo; condições para um encaminhamento da questão palestina no quadro dos interesses de Israel.

Essa segunda lógica encerra os objetivos máximos da afirmação da hegemonia americana na região e é um dos determinantes da forma de condução da guerra – primeiro, a destruição do Iraque e, em seguida, a retomada do Kuwait. Foi, é claro, vitoriosa, muito embora nada permita antever se o será em todas as suas conseqüências.

As duas definições da natureza e amplitude do conflito – lógica conservadora e lógica de reestruturação hegemônica – configuram-se entre agosto e novembro, data da resolução que abriu espaço à guerra. Saddam Hussein não conferiu a importância devida à declaração conjunta, e que apareceu no dia seguinte à invasão do Kuwait, do secretário de Estado James Baker e do então chanceler Chevardnaze. Apresentada como "pouco habitual", é um acordo dos governos americano e soviético quanto a "tomar medidas práticas" contra o Iraque, reforça as sanções econômicas que passarão a ser impostas pela ONU e antecipa a reunião Bush-Gorbachev, a reunião de cúpula de Helsinque conhecida como a do fim da Guerra Fria (9.9.90), quando esses governantes se afirmaram "unidos" na repulsa à agressão iraquiana, determinados a aplicar plenamente as sanções adotadas pelo Conselho de Segurança e inclinados a preferir uma "solução pacífica".[3] É o que permite a Bush anunciar um "novo mundo", a emergir desses "tempos sombrios", e ao vice-presidente Dan Quayle a declaração de que a "eliminação de Saddam" (*sic*) não era objetivo essencial dos Estados Unidos.

A fórmula conservadora presidiu a múltiplas e malsucedidas pressões sobre o Iraque por parte do Conselho de Segurança em seu conjunto e de países tão diversos quanto a França, o Irã e a União Soviética. Será a diplomacia soviética (e a do Irã) que a manterá consistentemente em todas as etapas da crise, apenas para ver-se rigorosamente repelida pelas autoridades americanas quando do esforço final de negociação, às vésperas das operações terrestres (trata-se de entendimento entre

a União Soviética e o Iraque – termos do porta-voz da Casa Branca).

Os preparativos para a intervenção militar são acelerados a partir de novembro e passam a contar com data certa, 15 de janeiro, quando, de acordo com a Resolução 678, o Iraque ou se retirava do Kuwait ou enfrentava os "meios necessários" na sua versão brutalmente concreta.

A segunda lógica não aflora apenas nos preparativos militares evidentes, mas na formação de coalizão militar, para o que não foram poucas as pressões: na undécima hora, o presidente François Mitterand teve de livrar-se do ministro das Relações Exteriores; na Itália, o engajamento militar foi arrancado do Parlamento no entendimento de que se caracterizaria como ação limitada de polícia, e ainda assim se demitiu um relutante chefe das forças navais. Nem menor foi o esforço interno americano. O Congresso veio a aprovar o uso da força em janeiro, com resistência importante no Senado (52 votos a favor, 47 contra). Feitos todos os esforços, a iniciativa americana logrou notável efeito persuasivo: não haveria diferença entre medidas econômicas, que se teriam mostrado ineficazes, e ação militar. Em ambos os casos, estaríamos no âmbito das sanções necessárias ("justas") ao império da lei internacional. A ONU, é claro, não pode conduzir guerras. Os Estados Unidos a conduziriam, juntamente com os "Estados-membros que cooperam com o Kuwait" (termos da Resolução 678), senão em seu nome, o que não é juridicamente possível, pelo menos *em seu lugar*.

Mas não há esforço persuasivo capaz de distinguir, nessas condições, aquilo que pertence à esfera do direito internacional do que pertence à do interesse nacional do país-líder da aliança. O que não escapou a ninguém. As adaptações e ajustamentos da União Soviética, de um lado, e dos aliados europeus dos Estados Unidos, de outro (mas serão mesmo *dois* lados?), hão de requerer não poucos esforços. A nova Alemanha tomou a iniciativa, num amplo acordo bilateral com o Irã, que poderá ter impacto importante no Oriente Médio. Em momento inspirado de sua entrevista à jornalista Marília Gabriela, na TV Bandeirantes, o presidente Fernando Collor lembrou, no contexto da crise, a perda de influência da União Soviética, os novos poderes americanos e a importância da situação para a diplomacia brasileira.

São os primeiros movimentos no sentido de impedir a realização de uma profecia hegemônica que, independentemente de quem a exerça, tende a impor o silêncio e a submissão sob os nomes de paz e de justiça.

NOTAS

1. Tradução de Rolando Roque da Silva, São Paulo, Brasiliense, 1991, vol.3, p. 58.

2. Maurus, Véronique. La plus grande Banque Mondiale. *Le Monde*, 4.8.90.

3. Uma detalhada cronologia dos eventos e o conjunto das Resoluções do Conselho de Segurança aparecem na edição especial do *Le Monde*: "Golfe. La guerre", fevereiro de 1991.